



CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL – COPAM
UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA

ATA DA 91ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Local: Auditório do Centro Administrativo Municipal
Rua da Glória, nº: 394 – Bairro: Centro, Diamantina/MG
Data: 23 de abril de 2015 às 13h30min

Aos 23 (vinte e três) dias do mês de abril do ano de 2015 (dois mil e quinze), realizou-se no Auditório do Centro Administrativo Municipal, na Rua da Glória, nº 394, Bairro: Centro, município de Diamantina, Estado de Minas Gerais; a 91ª (nonagésima primeira) Reunião Ordinária (RO) do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM), Unidade Regional Colegiada (URC) Jequitinhonha. Estiveram presentes os seguintes Conselheiros: Sr. (senhor) Gislando Vinícius Rocha de Souza, 1º (primeiro) Suplente, Superintendente da SUPRAM Norte de Minas; Sr. Wagner Vicente Rodrigues de Almeida, Titular da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPA); Sr. Averaldo Moreira Monteiro, 2º (segundo) Suplente da Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Integração do Norte e Nordeste de Minas Gerais (SEDINOR); Sr. Júlio César Correa de Paula, Titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana (SEDRU); Sr. Genilson Ferreira da Silva, 2º Suplente da Secretaria de Estado de Transporte e Obras Públicas (SETOP); 3º (Terceiro) Sargento Washington de Miranda Melo, 1º (primeiro) Suplente da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG); Sr. Felipe Faria de Oliveira, Titular da Procuradoria Geral de Justiça (PGJ); Sr. Paulo Célio de Almeida Hugo, Titular da Prefeitura do Município Sede da URC/JEQ - Diamantina; Sra. (senhora) Denise Bernardes Couto, 1º Suplente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG); Sr. José Otoni Alves Campos, Titular da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (FAEMG); Sr. José Antônio de Andrade, Titular da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (FETAEMG); Sr. Coryntho José de Oliveira Filho, Titular da Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado de Minas Gerais (FEDERAMINAS); Sra. Jane Oliveira Lima, 1ª Suplente da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – Seção Minas Gerais (ABES/MG); Sra. Ivana Machado Couto, Titular do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (CREA/MG); Sr. Talles Guedes de Matos, 1º Suplente da Sociedade Amigos do Tabuleiro; Sra. Andreza Lemos Meira, Titular da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) e Sra. Carla Fernanda de Araújo, 1ª Suplente do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Diamantina (CODEMA). GISLANDO VINÍCIUS (PRESIDENTE): Cumprimenta a todos, anuncia o Hino Nacional Brasileiro. **1. Execução do Hino Nacional Brasileiro. 2. Abertura pela Secretária de Estado Adjunta de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e Presidente da URC Jequitinhonha, Dra. Marília Carvalho de Melo.** Em nome da Secretária de Estado Adjunta de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e Presidente da URC Jequitinhonha, Dra. Marília Carvalho de Melo declaro aberta a 91ª (nonagésima primeira) Reunião Ordinária (RO) da Unidade Regional Colegiada (URC) Jequitinhonha. Dá boas-vindas aos novos Conselheiros, Talles, representante da SAT (Sociedade Amigos do Tabuleiro) e o Paulo Célio, representante da Prefeitura de Diamantina. Iniciando os trabalhos de 2015, depois de uma longa parada essa é a primeira reunião do ano. **3. Comunicado dos Conselheiros e Assuntos Gerais.** Algum Conselheiro? FELIPE (MINISTÉRIO PÚBLICO): Dá boas-vindas aos novos membros do Conselho e diz que é uma honra, uma oportunidade única fazer parte da construção do Licenciamento Ambiental no Estado de Minas Gerais. Registra uma



preocupação pessoal e do Ministério Público quanto a alguns posicionamentos referentes à existência desse Conselho propriamente dito, como se o processo de licenciamento passar por um órgão colegiado, com todos nós debatendo e tentando agregar, construir em torno do licenciamento fosse algo intencionalmente prejudicial ou não intencionalmente não sei. Eu, pelo menos, vejo que todos tem o intuito de contribuir o máximo possível, preocupação de chegar aqui, debater, poder somar. Não necessariamente a unanimidade de posicionamento vai ser positiva, às vezes a gente discorda, mas sempre no intuito de acrescentar, levantar problemas. Essa soma de olhar, cada qual com a sua experiência enxerga a realidade de uma maneira diferente e consegue enxergar soluções e problemas de forma diferente. Esse espaço e essa solução democrática eu vejo com muito bons olhos, percebo que todos vêm aqui com a preocupação de discutir o licenciamento de forma não a criar problemas, mas a acrescentar soluções, não percebo esse local como um circo, como em alguns momentos algumas pessoas parecem pensar. Venho aqui apenas para registrar essa preocupação. **Áudio não identificado - fora do microfone.** FELIPE (MINISTÉRIO PÚBLICO): No final do ano passado houve a expedição da Licença de Operação do empreendimento minerário Anglo American e posteriormente houve a votação do Estudo da Diversus que com o objetivo de tentar sanar questões socioeconômicas, sociais do projeto, que não estivessem sanadas no âmbito do procedimento do licenciamento ambiental. Várias questões os Conselheiros permaneceram inseguros e houve então uma frente de grupo de trabalho com alguns Conselheiros. Começamos as reuniões em Janeiro e fizemos reuniões até a semana retrasada ou próxima, já deliberamos, acredito todas as questões pendentes que foram recomendadas pela Diversus e ficou para ser realizada uma vistoria dos Conselheiros à Comunidade. A ideia é que passemos por todas as casas, tenhamos a oportunidade de conversar com todos os moradores, aproximar a URC da Comunidade atingida. Acho que talvez essa fosse uma das maiores reivindicações das Comunidades, um distanciamento, até mesmo geográfico pela Sede das reuniões e após iremos fazer uma vistoria em algumas propriedades que o estudo da Diversus indicou ou núcleos familiares, propriedades e núcleos familiares que o estudo da Diversus indicou como sendo prioritários para um reassentamento e que o GT não sentiu ainda a vontade com as informações presentes, seja no estudo da Diversus, sejam fornecidos pela empresa. Então, a gente preferiu nós mesmos ir até os locais para formar a nossa convicção e assim deliberarmos com mais tranquilidade. A vistoria ou a visita está agendada para os dias 28 e 29. No primeiro momento, no dia 28, mais no período noturno, a ideia é que façamos a visita às Comunidades justamente no horário que eles já retornaram dos trabalhos, estão em suas casas, a gente teria a oportunidade de fazer essa visita para até mesmo dar um *feedback* para as Comunidades, o que nós liberamos em favor delas, o que já está sanado no procedimento de licenciamento e por aí vai. E no dia subsequente, nós faríamos as visitas pelo período da manhã nas propriedades e núcleos familiares que nós entendemos que ainda não há elementos, subsídios suficientes para deliberarmos e posteriormente apresentarmos obviamente as deliberações a toda URC, ao final deve ser feito um Parecer de Vista conjunto dos Conselheiros que fazem parte do Grupo de Trabalho para ser apreciado por essa URC para eventual inserção das decisões no processo de licenciamento ambiental. Além dos Conselheiros que fazem parte do Grupo de Trabalho, estendo o convite a todos, acho que é uma oportunidade interessante, é um empreendimento muito emblemático, polêmico e mais essas questões sociais são sempre muito levantadas. Pode ser uma oportunidade muito interessante para a gente conhecer a realidade, conhecer as famílias que estão sendo impactadas e termos uma melhor dimensão, ver a Comunidade, as pessoas a favor, contra a empresa, dando diversos relatos, nós podemos ir lá e formar nossa própria convicção para deliberarmos com muito mais segurança e muito mais serenidade. DENISE (FIEMG): Queria comunicar quanto a essa questão da crise hídrica, acho que é uma preocupação de todos os



setores, não só da sociedade, do próprio Estado e a FIEMG juntamente com o Governo de Minas firmou o pacto pelas águas de Minas Gerais. É um acordo que a FIEMG representando o setor industrial e o Governo de Minas sobre ações que as duas figuras jurídicas, Federação e Governo podem tomar a favor das águas. Divulgo a todos, quem tiver interesse pode entrar na página da FIEMG, o Pacto pelas águas. O site da FIEMG é www.fiemg.com.br. JOSÉ OTONI (FAEMG): Cumprimenta a todos. Diz estou me tornando aqui o mais velho do COPAM e já tenho 07 anos de COPAM e todas as reuniões eu venho cobrando isso, a nossa Supramzinha, porque você com toda boa vontade enviou funcionários em Araçuaí, de alta capacidade e dotaram pessoas, pequenos agricultores rurais às margens do Rio Araçuaí, do Gravatá, do Setubal, do Piauí, com uso insignificante e no sábado agora eu fui acionado por mais de 10 pequenos produtores, questionando que a Licença vai vencer agora em Junho, Julho e eles não querem ficar inadimplentes com a parte da água, que é a coisa mais importante. Na última reunião você nos prometeu que ia tomar posse uma pessoa com destino especificamente para Araçuaí e isso até agora não aconteceu e nos preocupa muito porque eu não quero ter o dissabor de ver uma pessoa com toda humildade, simplicidade, ser multada pela Polícia. Segundo, há várias reuniões eu comentava quando a gente discutia as PCH's na região do Santo Antônio, empreendedores fazendo PCH's pequenas, eu falava porque eles não iam para o Rio Araçuaí, que era um rio totalmente virgem e que não tinha nenhuma no rio. Isso vem nos preocupando muito porque talvez o estudo da Irapé hoje, que é um rio maior que o Araçuaí, e quando se pensa que a maioria dos acionistas só pensa em volume, em dinheiro, talvez a Irapé hoje não seria viável. A nossa preocupação, uma vez que a CEMIG é detentora da Bacia do Araçuaí, ela tem em seu poder autorização para construção de 06 Usinas no Rio Araçuaí, 05; 01 em Turmalina, 01 na Chapada do Norte, 01 na Virgem da Lapa, 01 em Araçuaí. Então, nos preocupa muito porque até hoje não começou nenhuma e o rio está secando. O nosso medo é que a CEMIG continue sendo dona dessa Bacia e chega à conclusão que não compensa construir, economicamente. Se a CEMIG não vai fazer, uma vez que ela já em todas as licenças autorizadas, ou ela faz ou abre espaço para algum empreendedor venha fazer. Dr. Felipe, eu já cobrei, o senhor é o terceiro Promotor, representante do Ministério Público que passa por esse COPAM e a gente cobra constantemente uma análise da água a montante de Araçuaí e a jusante de Araçuaí, porque o que nós estamos vendo em Araçuaí é uma covardia. Araçuaí é a última cidade antes do Rio Araçuaí encontrar no Jequitinhonha, abaixo de Araçuaí ninguém pode tomar banho mais, porque a COPASA, uma cidade que tem aproximadamente 40 mil habitantes, com 75, 80% urbano, esse pessoal, as elevatórias estão dentro das APP's, o tratamento está dentro do APP, cobrando 90% e a gente fica totalmente impotente de ver uma qualidade de água daquela, até hoje não foi providenciado. Lá está uma polêmica terrível porque a Câmara reuniu e os Vereadores cassaram a concessão da COPASA em Araçuaí. Acho uma covardia quando está todo mundo preocupado com água, a gente deixa uma empresa que tinha que ser totalmente séria, não é porque ela é do Estado que ela não tem que ser séria, porque que o empreendedor tem que ser sério e uma empresa estatal não tem que ser. Pega o esgoto de uma cidade de joga no rio. Isso para nós é sério e a gente gostaria através de Laudo provar isso, porque só através desse exame que nós vamos provar. E por último, eu faço parte da comissão da Diversus, porque agora eu estou a 300 km de Diamantina e a 450 Km de Conceição do Mato Dentro, então quero aqui de púlpito manifestar meu apoio. Eliana, eu sei que você não vai nos agraciar com essa Supramzinha, apesar do local estar escolhido, eu gostaria que você hoje marcasse conosco a ida do seu funcionário capacitado para Araçuaí, que eu prometi para eles que no sábado ainda agora eu estaria com a resposta avisando o dia que vocês iriam alguém lá. ELIANA (SUPRAM JEQ.): De fato, essa Supramzinha não tem como eu prometer, mas tem uma alternativa que já até conversei com Cristina, com relação ao Concurso, estamos



148 aguardando, não tomou posse ainda, mas tem um servidor, pode ter certeza, de nível superior,
149 da área administrativa que está reservado para Araçuaí, mas como nossa situação em Medina
150 estava mais precária, porque correm o risco de fechar porque não tinha servidor, a gente
151 negociou para ele assumir lá em Medina, ele está gostando, provavelmente vai permanecer em
152 Medina. Ele foi treinado aqui no balcão da SUPRAM, processamento de MCE, emissão de
153 FOB, a nossa intenção é pelo menos uma vez na semana ele ir em Araçuaí, porque Medina
154 está próximo, Araçuaí está dentro do núcleo de jurisdição do núcleo de Medina, ele fazer esse
155 atendimento lá. Vamos combinar com vocês qual o dia fixo da semana para que as pessoas
156 procurem ele nesse dia. Vou acertar com a Supervisora do IEF de Teófilo Otoni, para a gente
157 verificar essa questão do espaço físico lá, para a gente compartilhar esse mesmo espaço para
158 ele atender, uma vez por semana. JOSÉ OTONI (FAEMG): Não está ok não. Você pode estar
159 certa o seguinte, nós vamos continuar lutando, porque eu acho que é totalmente inviável um
160 agricultor familiar, um pequeno produtor rural ir à Medina. Se não tiver carro, não vai.
161 ELIANA (SUPRAM JEQ.): Ele vai atender em Araçuaí. JOSÉ OTONI (FAEMG): Mas ele
162 vai atender em Araçuaí, Jenipapo de Minas, Berilo, Badaró, Virgem da Lapa e aí ele não vai
163 conseguir atender e o pessoal vai começar a perder. É um negócio que nós temos que tentar
164 mudar, está mudado o Governo, temos que lutar, porque é totalmente inviável a pessoa ir à
165 Medina de ônibus. Ele vai sair de Medina dentro do horário dele começar a trabalhar, vai
166 chegar em Araçuaí quase no horário do Almoço, vai ter hora do almoço e ele tem que ir
167 embora antes. Temos que por na cabeça que Araçuaí por se tratar de uma Regional, são vários
168 produtores que reclamam com a gente. Temos que resolver essa situação. Eu acho que lá tem
169 que ter uma pessoa definitiva porque se você analisar friamente tem muito mais serviço que
170 Medina. ELIANA (SUPRAM JEQ.): Vai ter um funcionário fixo lá, até que ele seja nomeado
171 no Concurso, que não deve demorar, a gente vai ter um funcionário uma vez por semana.
172 Tomara que as pessoas realmente busquem a regularização nessa intensidade que é a sua
173 expectativa. Com relação ao Grupo de Trabalho, para os Conselheiros que não estão tendo a
174 possibilidade de participar, vocês estão copiados no e-mail, a gente tem uma planilha que vai
175 registrando tudo que é decidido em cada reunião para que os senhores tomem conhecimento.
176 A ida lá nós vamos combinar com a Cristina, porque eu dependo da equipe dela. Combinamos
177 no final da reunião. CORYNTHO (FEDERAMINAS): Cumprimenta a todos. Enfatiza a
178 importância da participação do maior número de Conselheiros, mesmo com toda dificuldade,
179 por se tratar de um processo polêmico, exposição e é um processo que às vezes a gente não
180 pode ter muita dúvida para decidir. Existe muito folclore, muita história, na realidade a gente
181 precisa participar de perto. Como residente do local eu faço um apelo para vocês, até para
182 nossa segurança, para que realmente quem tiver uma pequena possibilidade que participe,
183 porque a gente vai entrar num ano eleitoral, já estão aparecendo vários oportunistas. Desejo
184 boa sorte a todos no ano e que façamos bons trabalhos. FELIPE (MINISTÉRIO PÚBLICO):
185 Corroboro a palavra para participação da presença. Estamos tendo o cuidado de fazer o
186 resumo depois de cada reunião, disparar os e-mails. A ideia é dar o máximo de transparência e
187 um acompanhamento para o passe daquilo que está sendo deliberado. Conselheiro José Otoni,
188 quanto a análise da água, como eu mencionei para o senhor, eu infelizmente não posso iniciar
189 um procedimento qualquer que seja sem o conhecimento do colega que lá atua. Mencionei
190 aqui com a colega, inclusive o documento que o senhor me encaminhou, digitalizei e
191 encaminhei à colega, imagino que tenha sido instaurado um procedimento lá, já me coloquei à
192 disposição da colega para atuação em conjunto, se ela achar interessante. Agora, a análise da
193 água propriamente dita ela vai ter que perpassar pela equipe do Estado, eu até ia sugerir
194 deliberar uma moção, um pedido ao Subsecretário de Fiscalização, o Sr. Marcelo Fonseca,
195 pensando aqui que se trata de um empreendimento não passível de licenciamento ou não
196 licenciado, para que faça essa análise, um pedido da URC para a gente deliberar o final para



197 que seja encaminhado ao Subsecretário de Fiscalização, para que seja feita essa qualidade da
198 água a montante e a jusante de Araçuaí, para que a gente tenha essa resposta. Por exemplo, se
199 for um empreendimento que está licenciado e eventualmente está gerando essa poluição ou
200 essa perda da qualidade hídrica, acho que é interesse da própria URC tomar conhecimento
201 também, porque pode às vezes ter uma Condicionante sendo descumprida, às vezes tem uma
202 determinação da própria licença ambiental que não está sendo observada. Coloco essa
203 sugestão, não sei se atenderia a expectativa do senhor. GISLANDO VINÍCIUS
204 (PRESIDENTE): A Subsecretaria de Fiscalização pode solicitar a COPASA, porque a
205 Subsecretaria não realiza análise. **Áudio não identificado – fora do microfone.** FELIPE
206 (MINISTÉRIO PÚBLICO): O IGAM realiza análises laboratoriais quando a capacitação é
207 feita pelo CETEC, salvo engano um convênio que o Estado tem, o IGAM tem com o CETEC.
208 Talvez seja possível a Secretaria de Fiscalização ou o IGAM fazer esse pedido ou fazer essa
209 análise. ELIANA (SUPRAM JEQ.): Só lembrando também que dentro do programa “Águas
210 de Minas” o IGAM já tem pontos de monitoramento lá no Rio Araçuaí. A gente pode verificar
211 e eles emitem relatórios trimestrais da água, porque às vezes é uma questão que você suspeita
212 e que de fato é a análise que vai confirmar esses resultados de contaminação ou não. A gente
213 pode verificar até no próprio site do IGAM, os relatórios todos que indicam a qualidade da
214 água e onde são os pontos de monitoramento. Já tem uma análise que é feita pelo IGAM,
215 trimestral. **Áudio não identificado – fora do microfone.** ELIANA (SUPRAM JEQ.):
216 Podemos trazer na próxima reunião o relatório da Bacia toda, do Jequitinhonha no caso.
217 **Áudio não identificado – fora do microfone.** JOSÉ OTONI (FAEMG): A água de Araçuaí,
218 que sai da COPASA é 100, excelente. Agora, a nossa preocupação é com quem mora à
219 jusante da cidade, porque ela não está preocupada. O problema todo é que de Araçuaí até
220 encontrar o Jequitinhonha ninguém está podendo fazer mais nada no rio, porque o responsável
221 pela poluição é a COPASA e até hoje ninguém nos apresentou uma análise dessa água. E
222 quando eu falo Ministério Público é porque nós já tivemos um problema desse, particulares
223 pedindo, até na época foi a CEMIG, nós levamos para o Ministério Público. Eu já falei para o
224 senhor, nós pedimos e nem resposta eles dão, quando o Promotor virou e falou “e se eu
225 pedir?” Ai muda não é doutor? Com 15 dias já estava pronto. Então, a nossa preocupação é
226 essa, até quando nós vamos viver desse jeito e o rio a cada dia que passa, só está correndo
227 enxurrada. ELIANA (SUPRAM JEQ.): Faço o compromisso, na próxima reunião vou tentar
228 trazer alguém do IGAM e a gente verifica também junto à COPASA qual a frequência que ela
229 faz as análises, quais os pontos também e a gente traz esses dados na próxima reunião.
230 FELIPE (MINISTÉRIO PÚBLICO): Sabe me falar se ali aquele empreendimento é
231 licenciado?. ELIANA (SUPRAM JEQ.): É AF. FELIPE (MINISTÉRIO PÚBLICO): O velho
232 problema das AF's. ELIANA (SUPRAM JEQ.): Não, mas já foi fiscalizado em função até de
233 demanda do Conselheiro. Acredito que eles fazer análise sim. GISLANDO VINÍCIUS
234 (PRESIDENTE): Mais algum Conselheiro? CARLA (CODEMA): Dr. Felipe comentou a
235 respeito do COPAM. Eu estava fazendo uma Pós-graduação da UFVJM e teve uma matéria
236 que deu briga porque eu não aceitei muito; vários professores acham que tem o conhecimento
237 da teoria, mas não tem da prática, criticando gravemente o funcionamento dos Conselhos
238 Estaduais, do COPAM. Até sugeri a um professor que participasse mais dos Conselhos,
239 porque o que eles estavam falando, pelo menos do Conselho que eu participo não acontece,
240 coisas absurdas. A segunda coisa, como eu estava pretendendo fazer a minha monografia
241 sobre a Gestão Ambiental Compartilhada, eu fui até a um Município da Bahia que lá funciona
242 a Gestão Ambiental Compartilhada e ela resolveu muitos desses problemas, dos pequenos
243 municípios, que o Estado chegasse até eles, que através de Convênios com os CODEMA's,
244 com o Município, o sistema *on-line* emitiam os FCI's e eu não me lembro, após uma análise,
245 coisas pequenas como AF's, já saíam os FOB's na hora, coisas grandes que precisavam de



análise, essas análises eram feitas para o COPAM e depois deliberavam o FOB. Talvez seja uma alternativa aqui para Minas também, eu até comecei um estudo sobre essa GAC. Do IGAM, quem quiser deixar e-mail comigo, eu tenho os relatórios trimestrais da Bacia do Jequitinhonha, posso encaminhar para os e-mails, sempre acompanho. Essa questão da análise da água as vigilâncias sanitárias são obrigadas a fazer, a Regional de Saúde é obrigada a fazer, a própria COPASA aí no caso eu já não sei se entra, que é o caso, que poderia também estar agilizando essa análise. PAULO CÉLIO (PREFEITO DE DIAMANTINA): Cumprimento todos os Conselheiros, autoridades, senhoras e senhores, sejam bem-vindos à Diamantina. Estou aqui representando a Prefeitura, como membro desse Colegiado, Desejo boas-vindas a todos e bons trabalhos. Muito obrigado. GISLANDO VINÍCIUS (PRESIDENTE): Agradece. Diz, vamos abrir uma exceção por ser a primeira reunião dos dois. Porque o nosso prazo regimental é de 30 minutos para Comunicados de Conselheiros e Assuntos Gerais, mas eu vi que chegou um novo Conselheiro também. TALLE (SOCIEDADE AMIGOS DO TABULEIRO): Cumprimenta a todos, sou 1º Suplente da SAT. Agradece pelas boas-vindas. Quero dizer que apesar da minha pouca idade eu pretendo trazer uma visão quase que antropológica. Quero trazer essa visão jovem que pode com certeza contribuir e mostrar que nós temos muito a trazer, inclusive para cidade. Obrigado a todos. GENILSON (DER): Sem prolongar muito, sou 2º Suplente, gostaria de externar meus sentimentos a todos os meus companheiros, a todos os presentes e desejar a este Conselho excelentes trabalhos na tarde de hoje. GISLANDO VINÍCIUS (PRESIDENTE): Ok. Muito obrigado, seja bem-vindo Conselheiro. Item 4 da nossa pauta: **4. Exame das Atas da 88ª RE de 06/11/2014 e da 89ª RO de 20/11/2014.** Algum destaque? Não havendo destaque, coloco em votação. Os Conselheiros que concordam com a redação da Ata da 88ª RE e da 89ª RO permaneçam como estão, os contrários se manifestem, por favor. FELIPE (MINISTÉRIO PÚBLICO): Abstenção quanto à Ata da 88ª RE, porque eu não estava presente, tentei fazer contato com o Conselheiro que me substituiu, mas ele não conseguiu me retornar a tempo quanto à Ata. GISLANDO VINÍCIUS (PRESIDENTE): Ok. Registrada Abstenção. Aprovada as duas Atas. Para os Conselheiros novos, eu vou ler todos os processos que estão sendo pautados, caso os senhores queiram fazer algum destaque em algum processo, peço que se manifestem, por favor. Ao final da leitura a gente retorna às dúvidas e aos questionamentos dos senhores. Ok? Item 5. **Processo Administrativo para exame da Revalidação da Licença de Operação: 5.1 CBL - Companhia Brasileira de Lítio - Lavra subterrânea com tratamento a úmido exceto Pegmatito e Gemas - Itinga/MG - PA/Nº: 00314/1990/010/2014 - DNPM nº 807022/1971 - Classe 5. Apresentação: Supram JEQ. Esse processo foi RETIRADO DE PAUTA na reunião realizada no dia 11/12/2014.** Algum destaque? FELIPE (MINISTÉRIO PÚBLICO): Destaque. GISLANDO VINÍCIUS (PRESIDENTE): Item 6. **Processos Administrativos para exame da Licença Prévia concomitante com a Licença de Instalação: 6.1 Mineração Granduvale Ltda. - Lavra a céu aberto com ou sem tratamento, rochas ornamentais e de revestimento (mármore e granitos) - Medina/MG - PA/Nº: 01723/2003/003/2012 - DNPM nº 831587/1999 - Classe 3. Apresentação: Supram JEQ.** Algum destaque? FELIPE (MINISTÉRIO PÚBLICO): Destaque. GISLANDO VINÍCIUS (PRESIDENTE): Item 6.2 **Ideal Transporte, Comércio e Serviços Ltda ME - Tratamento químico para preservação de madeira - Itamarandiba/MG - PA/Nº 27477/2013/001/2013 - Classe 3. Apresentação: Supram JEQ.** Esse processo já tem o destaque da SUPRAM para inclusão de uma Condicionante. Mais algum Conselheiro. Algum destaque? FELIPE (MINISTÉRIO PÚBLICO): Destaque. GISLANDO VINÍCIUS (PRESIDENTE): Item 7. **Processos Administrativos para exame da Licença de Instalação Corretiva: 7.1 Frigorocha Ltda ME - Abate de animais de médio e grande porte (suínos, ovinos, caprinos, bovinos, equinos, bubalinos, muares, etc.) - Capelinha/MG - PA/Nº:**



12124/2012/001/2013 - Classe 3. Apresentação: Supram JEQ. Destaque da FIEMG. Item 7.2 Rede Dom Pedro de Postos Ltda. - Postos revendedores, postos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas e postos flutuantes de combustíveis - Divisa Alegre/MG - PA/Nº: 02353/2013/001/2014 - Classe 3. Apresentação: Supram JEQ. Algum destaque? Item 8. Processo Administrativo para exame da Licença de Operação Corretiva: 8.1 JWD Comercial Ltda. - Postos revendedores, postos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas e postos flutuantes de combustíveis - Capelinha/MG - PA/Nº: 02392/2001/004/2013 - Classe 3. Apresentação: Supram JEQ. Algum destaque? Item 9. Processo Administrativo para exame de Exclusão de Condicionante da Revalidação de Licença de Operação: 9.1 Mineração Thomazinni Ltda. - Lavra a céu aberto com ou sem tratamento, rochas ornamentais e de revestimento (mármore e granitos) - Itinga/MG - PA/Nº: 02668/2006/004/2011 - DNPM nº: 830089/2000 - Classe 3 - Condicionante nº 10. Apresentação: Supram JEQ. O Parecer com relação à Condicionante número 10. Algum destaque? Item 10. Apresentação Supram JEQ: Cumprimento de Condicionantes da Revalidação da LO do PA/Nº: 00094/1994/006/2009 - Cemig Geração e Transmissão S.A./UHE Irapé – Municípios Berilo, Botumirim, Cristália, Grão Mogol, José Gonçalves de Minas, Leme do Prado/MG. Esse item da pauta nós estamos RETIRANDO DE PAUTA por solicitação da FETAEMG, que ela precisa discutir mais algumas questões lá com os assentados. Ok? Coloco em votação então o Item 7.2 Rede Dom Pedro de Postos Ltda. - Postos revendedores, postos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas e postos flutuantes de combustíveis - Divisa Alegre/MG - PA/Nº: 02353/2013/001/2014 e exclusão da Condicionante do Item 9.1 Mineração Thomazinni Ltda. - Lavra a céu aberto com ou sem tratamento, rochas ornamentais e de revestimento (mármore e granitos) - Itinga/MG - PA/Nº: 02668/2006/004/2011 - Classe 3. Apresentação: Supram JEQ. Os Conselheiros concordam com a concessão da Licença de Instalação Corretiva do Item 7.2 e com a exclusão da Condicionante do Item 9.1 permaneçam como estão, os contrários se manifestem, por favor. Ok. Item 5.1, Dr. Felipe. FELIPE (MINISTÉRIO PÚBLICO): Algumas perguntas para a equipe técnica. Eu não sabia quais técnicos, vários eu não conheço agora. Diz sejam bem-vindos a todos os novatos. Primeiro, eu vi uma menção no Parecer Único que me chamou a atenção à menção da existência do hidrômetro e horímetro. Ainda mais nesse momento de crise hídrica, uma das grandes questões que a gente sabe que sempre que há as renovações de outorga do IGAM existe a exigência do hidrômetro e do horímetro, só que a gente tem recebido muitas críticas quanto a não obediência da captação outorgada. Acho positiva essa menção que vocês fizeram, tiveram o cuidado de observar que está lá instalado o hidrômetro e horímetro, acho que é um ponto a ser estendido aos demais pareceres. Acho que o contexto que a gente vivência hoje já propicia por si só esse cuidado que vocês tiveram. Primeiro, na folha 11 do Parecer Único, quando a gente fala do cumprimento da Condicionante 02: *“Apresentar análise de água do Rio Piauí nos parâmetros físico-químicos a montante e jusante do empreendimento, assim como dos efluentes das fossas sépticas e caixas separadoras de óleos e graxas”*. Vocês consideraram como cumprida, muito embora tenha algumas alterações de parâmetros, porque à montante também tem alterações de parâmetros, a lógica seria que o empreendimento não contribuiu para essas alterações. A minha dúvida é se as alterações a montante e a jusante são na mesma quantidade, parâmetros? Porque senão a gente teria um adicional por parte do empreendedor. Violou em 02 lá e a montante está 04, então a gente teria também uma contribuição do empreendedor para essa violação de parâmetros. STÊNIO (SUPRAM JEQ.): Cumprimenta a todos. Nesse caso a água parece limpar ao passar dentro do empreendimento. A montante conforme as análises apresentadas teriam um valor “X” e ao passar pelo empreendimento esse valor reduz, é menos. É quase um tratamento de água ao passar pelo empreendimento, aí é até



meio estranho de analisar, mas é o que aconteceu nesses momentos e que foi verificado de acordo com as análises apresentadas. FELIPE (MINISTÉRIO PÚBLICO): Obrigado. Tem um ponto que estava conversando com um técnico que trabalha com a gente, que ele comentou que coordenada geográfica está indicando uma área 3,700 km distantes do empreendimento propriamente dito, só a título de curiosidade. Agora, o técnico com quem eu estava conversando fez uma pesquisa no SIAM, onde informa que apresentou o CTF (Cadastro Técnico Federal), só que no site do IBAMA informa que o empreendimento não possui esse CTF, tem obrigatoriedade, são serviços da SEMAD, IEF de 2013, eu não sei se isso foi analisado por vocês ou não no momento, vocês teriam alguma informação a respeito. A minha ideia na verdade era até oficiar o IBAMA para que tenha conhecimento desse licenciamento e se não tiver esse CTF que o IBAMA tome as providências que lhe são pertinentes, não sei se isso de alguma forma perpassa pelos senhores. A última questão é a seguinte, AVCB, o empreendimento na verdade é uma renovação de licença, então, ele já está em operação, sabe me informar se o empreendimento tem AVCB ou não? STÊNIO (SUPRAM JEQ.): No momento eu não sei lhe responder. FELIPE (MINISTÉRIO PÚBLICO): Se tivesse alguém do empreendedor que pudesse. STÊNIO (SUPRAM JEQ.): Primeiramente vou pedir ajudar à área técnica do empreendimento. Você tem conhecimento se o empreendimento possui laudo do Corpo de Bombeiros atestando todas as estruturas, de estão todas de acordo com as normas prescritas? FRANCISCO DE ASSIS OLIVEIRA (GERENTE DA CBL): Cumprimenta a todos. GISLANDO VINÍCIUS (PRESIDENTE): Pede para falar mais próximo do microfone, porque a nossa reunião está sendo gravada. Se não depois a gente fica com dificuldade para transcrever a Ata. Por favor. FRANCISCO DE ASSIS OLIVEIRA (GERENTE DA CBL): Nós não temos essa averbação, Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros. A princípio seria uma exigência e quando da nossa solicitação de revalidação existia e saiu um Decreto, uma solicitação governamental que toda licença teria que passar e depois foi postergada; não temos informação e demos continuidade ao processo normal. Parece que houve uma ação na justiça, junto ao Ministério Público, dos empreendedores e diante de tal fato não fomos adiante. Estamos aguardando e se necessário for assim o faremos. FELIPE (MINISTÉRIO PÚBLICO): Respondido. STÊNIO (SUPRAM JEQ.): Acredito que quando da solicitação da revalidação da licença de operação esse quesito não fazia parte do FOB, ainda não era exigido o AVCB. FELIPE (MINISTÉRIO PÚBLICO): No entendimento do Ministério Público, todo e qualquer empreendimento teria necessidade de AVCB em razão da Lei 14.130 porque coloca como *“edificação ou espaço destinado a uso coletivo, edifícios ou espaços comerciais, industriais ou de prestação de serviços e os prédios de apartamentos residenciais”*. Entendo o lado do empreendedor, foi gerado um FOB, o senhor atendeu a orientação básica que foi dada. Sugiro colocar como Condicionante a exigência para apresentação desse AVCB posteriormente. WESLEY (SUPRAM JEQ.): A gente percebe no cadastro que quando da formalização do processo a gente verifica se esse processo está instruído. E de fato está aqui, foi juntado com o da formalização, o que ocorre é que ele tem um prazo de validade que expira acho que em 90 dias, mas nós exigimos quando da formalização do processo o Cadastro Técnico Federal e o Certificado, foi apresentado aqui até a data de formalização, a data de validade dele era até 11/10/2014. Às vezes na hora que joga acho que a empresa tem que estar sempre mantendo isso lá renovado, mas quando da formalização nós exigimos esse Cadastro Técnico Federal. A questão da AVCB é a grande discussão, o fato é que a gente tem orientação da SEMAD para exigir o AVCB de Posto de Combustível. Aqui, a URC tem solicitado a AVCB no caso que vai estar em pauta, no tratamento químico, que também tem sido solicitado para Licença de Operação, mas é uma decisão dessa URC. DENISE (FIEMG): Lembrar a todos, a questão da AVCB é obrigatório por Lei sim, mas não deve ser vinculada ao Licenciamento Ambiental, somente Postos de Gasolina. Para Posto de Gasolina a



CONAMA 237 exige que seja apresentado o AVCB durante o processo de licenciamento, isso é fato, para os outros empreendimentos não há obrigatoriedade de se vincular isso a processo de licenciamento, mesmo discordando do posicionamento do Ministério Público, a gente sabe que é diferente, mas é para deixar ressaltado isso, tanto que a liminar está suspensa. JOSÉ OTONI (FAEMG): Uma dúvida. Primeiro falaram sobre a CBL (Companhia Brasileira de Lítio), é importante demais para a nossa região, agora eu estou vendo aqui Município de Itinga, porque acho que o que está em julgamento é a lavra a céu aberto e as instalações da empresa estão no Município de Araçuaí, tem um córrego que separa no meio. Então, quando se fala em AVCB de lá o que está em julgamento aqui é só a lavra, exploração. FRANCISCO DE ASSIS OLIVEIRA (GERENTE DA CBL): Isso. JOSÉ OTONI (FAEMG): Seria viável para onde está a sede onde é explorado realmente, um beneficiamento desse minério, porque só tem o licenciamento que está em julgamento é só da exploração em si. Gostaria que os demais Conselheiros aprovassem essa Licença uma vez que a CBL é muito importante e eles vêm fazendo um trabalho social na APAE, em todos os órgãos voltados para o trabalho social, a CBL nos apoia muito em Araçuaí. WESLEY (SUPRAM JEQ.): É lavra e beneficiamento. Todo beneficiamento é o empreendimento como um todo. E o DNPM às vezes pega uma parte do Município de Itinga, aqui no Parecer Único é bem claro que parte atinge o Município de Itinga e parte o Município de Araçuaí. FELIPE (MINISTÉRIO PÚBLICO): Entendo a orientação do Estado, Constitucional, FIEMG também tem seu posicionamento e de fato a Lei Estadual não menciona o Licenciamento Ambiental, eu trago aqui mais como uma preocupação, porque a Lei determina sim que tenha o AVCB, não é que Legislação não exige; exige, mas não vincula ao Licenciamento. É mais uma precaução por segurança, é uma precaução que é para respeitar, resguardar a integridade física de todos, inclusive e principalmente os trabalhadores da empresa. Ainda assim eu insisto na inclusão de Condicionante, principalmente se fosse só lavra a gente poderia até rever o entendimento, mas principalmente tendo o beneficiamento, a parte industrial há necessidade de condicionar isso, uma vez que a Legislação exige o AVCB do empreendimento. Outra coisa, gostaria de direcionar ao Wesley, o PU faz menção a um prazo adicional de 02 anos da LO, muito embora tenha aí um Auto de Infração. Discutindo com outros Conselheiros do Ministério Público, inclusive alguns que atuam na Câmara Normativa Recursal, a respeito de um entendimento quando existe um Auto de Infração ainda não transitado em julgado, da impossibilidade de se restringir o prazo de validade da licença, mas também de não ampliar, porque bem ou mal se está beneficiando um empreendimento que teve um Auto de Infração e por outro lado quando se tem um empreendimento com renovação de licença sem qualquer Auto de Infração, denotando e portando a perfeita licença ambiental, as Condicionantes, a Normatização Ambiental aí sim dá a trazer esse benefício que é a ampliar do prazo de 02 anos da Licença. Achei o posicionamento extremamente interessante, posicionamento que tem sido adotado em outras URC's, na CNR (Câmara Normativa Recursal) também, vinculada ao processo de licenciamento. WESLEY (SUPRAM JEQ.): Esse questionamento que o senhor fez já foi até questionamento que nós fizemos do alinhamento jurídico, mas sempre ficou a decisão se não há trânsito na esfera administrativa eu não poderia prejudicar, mas ficou esse entendimento de que até que haja decisão administrativa eu não poderia prejudicar nesse sentido, porque o Auto de Infração poderia ser revisto. Mas a gente pode discutir, vou até procurar saber se as outras URC's, até mesmo os Jurídicos, do entendimento dos outros está aí nesse sentido para a gente poder discutir isso. GISLANDO VINÍCIUS (PRESIDENTE): O entendimento nosso lá na SUPRAM Norte é justamente esse, se não tem nem prejudica e nem beneficia quando não está transitado em julgado. **Áudio não identificado – fora do microfone.** GISLANDO VINÍCIUS (PRESIDENTE): Um entendimento jurídico. DENISE (FIEMG): Até mesmo antes de falar se houve na CNR que a FIEMG opinou por outro lado,



foi um caso específico. A URC também entende da forma que o Wesley falou. A própria URC Zona da Mata, vou até citar um caso aqui, foi o processo de revalidação da LO da Holcim Barroso”, o processo é o 00006/1981/085/2013, foi julgado na 108ª RO da URC Zona da Mata que foi em 23 de julho de 2014 e nessa ocasião a LO da empresa foi revalidada por 06 anos, ela teve o acréscimo de 02 anos por não ter processos de autuação transitados em julgado até a data de vencimento da sua LO. **Áudio não identificado – fora do microfone.** SARA (SUPRAM JEQ.): Quanto a essa questão do prazo a gente discutiu entre a gente, com o Jurídico, a gente optou pelos 08 anos considerando que o Auto seria por Condicionantes não cumpridas e essa Condicionantes não levaram a nenhum dano ambiental. A gente teve uma visão mais técnica do que meramente da Lei. As Condicionantes que beneficiavam o Meio Ambiente eles cumpriram dentro do prazo. GISLANDO VINÍCIUS (PRESIDENTE): Ok. Mais algum Conselheiro? Não havendo mais questionamento coloco em votação, posteriormente a gente avalia ou não a inclusão de Condicionantes. Coloco em votação, item 5.1, os Conselheiros que concordam com os termos do Parecer da SUPRAM, com a revalidação da Licença de Operação da CBL Companhia Brasileira de Lítio - Lavra subterrânea com tratamento a úmido exceto Pegmatito e Gemas - Itinga/MG - PA/Nº: 00314/1990/010/2014 - Classe 3, permaneçam como estão, os contrários se manifestem, por favor. Ok. Aprovada a licença. O senhor tem a redação da Condicionante aí doutor? FELIPE (MINISTÉRIO PÚBLICO): Apresentar Laudo de Vistoria do Corpo de Bombeiros. GISLANDO VINÍCIUS (PRESIDENTE): Prazo? FELIPE (MINISTÉRIO PÚBLICO): Prazo de 01 ano. E eventualmente se for necessário a empresa faz o pedido de prorrogação de prazo. GISLANDO VINÍCIUS (PRESIDENTE): O empreendedor quer se manifestar? FRANCISCO DE ASSIS OLIVEIRA (GERENTE DA CBL): Fiquei em dúvida ali a questão dos 08 anos. **Áudio não identificado – fora do microfone.** FRANCISCO DE ASSIS OLIVEIRA (GERENTE DA CBL): Sim, ok. Gostaria de manifestar que a empresa mesmo que não passou por um Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros, ela mantém uma equipe de segurança voltada para Brigada de Incêndio, Brigadistas de Incêndio. Todo ano essa equipe é treinada por um ex, um “coolt”, que já foi do Corpo de Bombeiros. Para 100 funcionários, temos 40 que são Brigadistas, dentro da área industrial, vamos começar pelo subsolo, em todos os níveis operacionais e não operacionais, existe todo aparato de segurança com relação a extintores de incêndio. Nossa preocupação é primeiro é o Homem depois o produto. Quanto ao Auto, se o tivéssemos solicitado, como na época não foi, ao certo que não teríamos problema. GISLANDO VINÍCIUS (PRESIDENTE): Ok. Agradeço. Mais algum Conselheiro? DENISE (FIEMG): Deixar registrado que essa questão da AVCB não é obrigatória ao Licenciamento Ambiental a não ser que seja caso de Postos de Gasolina. Nem é de competência da SUPRAM ficar averiguando esse tipo de situação. Não tem que exigir AVCB de empreendimento aqui no COPAM, a não ser que seja Posto de Gasolina, que aí o próprio CONAMA exige isso. GISLANDO VINÍCIUS (PRESIDENTE): A Condicionante seria: “Apresentar o Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros, no prazo de 01 ano”. Ok? Todos entenderam a redação da Condicionante? Coloco em votação, os Conselheiros que concordam com a inclusão dessa Condicionante permaneçam como estão, os contrários se manifestem, por favor. Incluir a Condicionante registrando o voto contrário de 05 Conselheiros: Denise (FIEMG), Coryntho (FEDERAMINAS), José Otoni (FAEMG), Carla (CODEMA) e Sr. Paulo Célio (PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA). Ok? **Áudio não identificado – fora do microfone.** GISLANDO VINÍCIUS (PRESIDENTE): Geralmente a justificativa é contra o Parecer da SUPRAM. SARA (SUPRAM): Eles pediram para alterar alguns prazos de Condicionantes? **Áudio não identificado – fora do microfone.** GISLANDO VINÍCIUS (PRESIDENTE): É, se for só prazo ele pode fazer a consulta formal à SUPRAM e a SUPRAM mesmo analisa, no Parecer acho que SUPRAM pode deliberar com



relação a prazo. Está votado? Ok? Item 6.1, Dr. Felipe. FELIPE (MINISTÉRIO PÚBLICO): Esse empreendimento é o que eu tenho mais dúvidas na verdade. Todo mundo mais do sabe do entendimento institucional nosso quanto ao funcionamento de rocha ornamental com autorização ambiental de funcionamento, a gente insiste na necessidade da Licença Ambiental, conforme as ações que o Ministério Público vem ajuizando aí ao longo de toda regional. Uma primeira dúvida é, registrado que o empreendimento opera com AF, houve expedição de só uma AF ou mais de uma para esse local, você sabe me informar? Eu vi aqui anotado AF: 3347/2010. PATRÍCIA (SUPRAM JEQ.): Geralmente a gente trata no Parecer aquela que está sendo ampliada. FELIPE (MINISTÉRIO PÚBLICO): Sim, para essa área não em nenhuma outra AF não? PATRÍCIA (SUPRAM JEQ.): É só 01 (uma) AF. FELIPE (MINISTÉRIO PÚBLICO): Só 01. A gente sabe que teve aquela alteração de 1.200 toneladas/ano para 6.000, olhando o procedimento dessa AF e o FOB foi instruído para 4.000/ano e a AF foi expedida para 1.200/ano, provavelmente porque estava ainda com aquela previsão na DN para 1.200/ano para fins de AF sob pena de vir para o licenciamento, só que o PU informa que eles estão operando 4.000/ano e aí eu fiquei com dúvida quanto a isso, quer dizer eles estão operando além do que consta na AF? Será que foi expedido uma outra AF após a alteração da DN e assim permitindo uma operação de 6.000/ano que é a nova Classe para a Classe 3, de exigência de licenciamento ou não, ou estão operando 4.000/ano, muito embora tenham uma AF de 1.200. PATRÍCIA (SUPRAM JEQ.): Acredito que o Jurídico e o empreendedor possam responder, porque nós constamos a nossa análise em cima do que eles nos ofereceram. FELIPE (MINISTÉRIO PÚBLICO): Se quiserem ver no sistema primeiro a gente inverte e fica esse aí de *stand by* e depois a gente volta nessa questão. Teve outro problema também, sempre consultamos o SIAM antes para evitar pedido de vistas, mas no SIAM tem notícias de 02 (dois) EIA's, um de 2012 e um de 2014, eu consegui acessar o de 2012, de 2014 não conseguimos, não estava disponível. Imagino que se bobear pode ser até o mesmo EIA. Primeiro, o EIA atendeu aos critérios que estavam previstos lá na 01/86 porque no de 2012 tiveram algumas coisas que não estavam tão presentes, então eu não sei se nesse de 2014 houve incremento de informação ou de esforço amostral. Inclusive Termo de Referência da SEMAD para tipologia. PATRÍCIA (SUPRAM JEQ.): Da equipe desse processo só ficou eu, e eu lembro que na época quando da análise desse processo foram pedidas muitas informações complementares. Infelizmente no SIAM não conseguimos acessar documentos que são entregues por último, dentro do processo, só os mais antigos. A própria equipe não consulta porque não consegue abrir, existe um lapso temporal de digitalização, coisa interna da SEMAD e foram pedidos inclusive para seguir os Termos de Referência, na época eles não tinha apresentado estudos com relação a espeleologia, todos foram pedidos. FELIPE (MINISTÉRIO PÚBLICO): Com isso atendeu toda normativa naqueles critérios que o EIA tem que ter? Atendeu ao Termo de Referência? PATRÍCIA (SUPRAM JEQ.): Atendeu. FELIPE (MINISTÉRIO PÚBLICO): A primeira coisa que o pessoal notou de falta é a questão dessas campanhas sazonais para avaliação da qualidade do ar. Se teve efetivamente ou não, depois das informações complementares isso foi cumprido? PATRÍCIA (SUPRAM JEQ.): A empresa até está distante, fazemos essa analogia, se está próxima de residência, se existe alguma Comunidade ali que vai ser prejudicada com esse pó, poeira, a gente pede todo esse monitoramento, mas como a empresa não está muito próxima e os funcionários são obrigados a utilizar os equipamentos individuais, eles não têm como não ficarem expostos, eles são os mais prejudicados, a gente não pediu que fosse feito esse monitoramento de ar. Acredito que para esse empreendimento tecnicamente a gente decidiu não colocar nenhum tipo de monitoramento, porque a gente foi, olhou e viu que não teria. FELIPE (MINISTÉRIO PÚBLICO): Nem monitoramento nem exigência. PATRÍCIA (SUPRAM JEQ.): Anterior. FELIPE (MINISTÉRIO PÚBLICO): Estudo. PATRÍCIA



(SUPRAM JEQ.): Não, não foi pedido. FELIPE (MINISTÉRIO PÚBLICO): Nos Recursos Hídricos, eles tem uma captação lá, com cadastro insignificante. Acho que é uma prática que a equipe técnica pode cogitar como sendo uma prática recorrente a verificação do hidrômetro e horímetro em todas as captações. Olhando o EIA antigo, a gente não percebeu também um diagnóstico das águas superficiais e subterrâneas, considerando também a sazonalidade. Nos preocupa ter registrado um paradigma, amanhã ou depois tem algum problema num Recurso Hídrico. Como que a gente pode saber se houve alguma piora ou não? Se está relacionada ao empreendimento? Tendo obviamente uma fonte paradigma de comparação. Posteriormente a esse EIA de 2012 que a gente não conseguiu verificar, você sabe se isso foi apresentado? PATRÍCIA (SUPRAM JEQ.): A gente não tem ainda o parâmetro do que teria antes, não tem como nem ser antes do empreendimento; o empreendimento está lá há muito tempo e o que a gente usar fazer nesses casos, como ele já está em operação, ele teria que fazer uma análise antes de aumentar essa produção, por exemplo, 30 dias antes dele aumentar essa produção que poderia causar algum dano a mais para o Recurso Hídrico. O que a gente pediu nesse atual foi a análise a montante do empreendimento e a jusante, para ver se naquele trecho tem, mas não teríamos uma testemunha da área com empreendimento e da área sem o empreendimento. FELIPE (MINISTÉRIO PÚBLICO): Vocês pediram a montante e a jusante uma análise de qualidade da água? Em diversos períodos do ano? Um único período? PATRÍCIA (SUPRAM JEQ.): Ela é trimestral, então acaba sendo 04 vezes no ano. FELIPE (MINISTÉRIO PÚBLICO): Ótimo. De fazer uma no seco e outra no molhado, mas então pediram em periodicidade? PATRÍCIA (SUPRAM JEQ.): Sim. FELIPE (MINISTÉRIO PÚBLICO): Ok. PATRÍCIA (SUPRAM JEQ.): E com relação ao hidrômetro e horímetro, agora a gente tem uma Resolução aleatória, como eles não fizeram a renovação, elas estão ainda dentro da validade, isso vai ser feito no momento da revalidação desses processos especificamente da outorga. Então, já tem uma obrigatoriedade agora de horímetro e hidrômetro para todos os empreendimentos. FELIPE (MINISTÉRIO PÚBLICO): Outra coisa que fugiu, você quer voltar naquela questão? WESLEY (SUPRAM JEQ.): Pelo que eu estou percebendo aqui, eu não participei do Jurídico desse processo, mas até que pela análise dos documentos, na verdade, pode ter sido um erro aqui o pessoal ter falado que a ampliação visa de 6.000/ano para 9.000. Na verdade, ele tem um processo formado de AF para 1.200, ele pediu ampliação de 7.800 m3, que totaliza 9.000, porque às vezes a equipe técnica fica com aquela menção que seria 6.000 o parâmetro que foi ampliado, de ter AF, mas de fato, pelo que consta do processo ele tem uma única AF de 1.200 m3 e pediu uma ampliação de 7.800, que totalizaria 9.000 m3. FELIPE (MINISTÉRIO PÚBLICO): É porque está constando no PU que opera hoje 4.000. WESLEY (SUPRAM JEQ.): 4.000? FELIPE (MINISTÉRIO PÚBLICO): Essa que é a minha dúvida. Tem uma AF 1.200, opera 4.000. GISLANDO VINÍCIUS (PRESIDENTE): O o empreendedor deseja se manifestar? FELIPE (MINISTÉRIO PÚBLICO): Só tem uma AF. HELEN (MINERAÇÃO GRANDUVALE): Boa tarde. Na realidade era uma AF de 1.200, deu entrada no licenciamento para 9.000; a nossa AF venceu no ano passado e antes de vencer, em 2013, a gente pediu uma nova AF para 6.000. Então, a gente tem uma AF hoje para 6.000 e em paralelo a gente está com esse processo de licenciamento para 9.000. FELIPE (MINISTÉRIO PÚBLICO): Obrigado. Então, essa AF de 6.000 sabe me falar quando ela foi expedida ou o número dela? HELEN (MINERAÇÃO GRANDUVALE): Sim, vou pegar. FELIPE (MINISTÉRIO PÚBLICO): Ok. GISLANDO VINÍCIUS (PRESIDENTE): Esclarecido? FELIPE (MINISTÉRIO PÚBLICO): Fico aguardando o número da AF. Voltando aqui à equipe técnica, observei a questão da espeleologia, tem um abrigo que foi identificado lá, mineração permite, exceto relevância máxima, aquela coisa toda. Tranquilo. Quando a gente encontra uma cavidade de relevância máxima existe aqui uma de 250 metros de precaução até que o órgão ambiental delibere qual que é o raio de proteção adequado e



589 quanto mais difícil se encontrar uma cavidade num determinado local, mais chance dela ser de
590 relevância máxima. O diagnóstico de espeleologia foi feito só na área da ADA, é muito
591 importante que esse diagnóstico seja feito a 250 metros da ADA, justamente, imagine 01
592 metro depois da ADA tem uma cavidade máxima, falo isso para todos os empreendimentos
593 como um todo; 01 metro depois da ADA tem uma cavidade máxima, então, você come um
594 pedaço da ADA com esse raio de 250 metros. Acho que é sempre importante a gente pedir os
595 estudos espeleológicos para além de 250 metros, principalmente nesse caso que já estava em
596 operação, não sei se tem uma cavidade 250 metros em torno de todo empreendimento ou não,
597 mas se tem, eventualmente já estando em operação essa área a gente pode ter riscos de
598 impacto já nessa cavidade. E a necessidade de colocar isso nem que seja como Condicionante,
599 vai ser um estudo simples, uma área pequena, 250 metros em torno da ADA do
600 empreendimento. Já registrando o meu pedido de sugestão de Condicionante. WESLEY
601 (SUPRAM JEQ.): Voltando aqui, estou com a AF aqui, está no processo. É a AF
602 (Autorização de Funcionamento) nº: 07111/2013, o processo Administrativo é o
603 08996/2010/002/2013, para 6.000 m³/ano, produção bruta. FELIPE (MINISTÉRIO
604 PÚBLICO): Eu imaginei que pudesse ser isso por causa da alteração da DN. Obrigado
605 Wesley. O PU menciona que foi construído o Paiol de Explosivos conforme as normas do
606 Exército. Uma preocupação que é simples, se tem informação se há algum responsável para
607 manipulação do material explosivo do paiol? E se tem Certificado de Registro? Porque é uma
608 questão de própria segurança que o Exército avalia, por exemplo, risco de furto, porque isso
609 pode ser utilizado depois em explosão de caixa eletrônico. Além de ter sido construído, ver se
610 todas as questões de segurança estão ok. SARA (SUPRAM JEQ.): Eles apresentaram e a
611 gente em campo viu também que tem câmeras, cercamento, não é qualquer pessoa que entra
612 na área. FELIPE (MINISTÉRIO PÚBLICO): Certificado de Registro? Ok. STÊNIO
613 (SUPRAM JEQ.): Apesar de não constar no Parecer é feito vistoria nas estruturas, tem o
614 pessoal especializado para manipulação, acredito que encontra-se em regularidade. FELIPE
615 (MINISTÉRIO PÚBLICO): Mais é a questão de verificar se tem esse Certificado de Registro
616 e pessoal capacitado para manipulação. FELIPE (MINISTÉRIO PÚBLICO): Eu vi aqui que
617 existe um programa de umectação de vias, deve ter estrada rural ali próxima para acesso ao
618 empreendimento, 8.000 litros 03 vezes ao dia eles fazem, me parece que vão fazer essa
619 umectação de vias, é isso mesmo? SARA (SUPRAM JEQ.): É, foi recomendado fazer isso
620 fora do período chuvoso, só em caso de tempo bem seco mesmo. FELIPE (MINISTÉRIO
621 PÚBLICO): Sabem se isso vai ser feito via compra de caminhão pipa? Vai ser feito via
622 outorga que eles já têm? Já é feito isso pelo empreendedor? De que forma é feito? SARA
623 (SUPRAM JEQ.): Segundo a AF deles, que eles informaram, já é feito por caminhão pipa da
624 outorga deles mesmo. FELIPE (MINISTÉRIO PÚBLICO): O cadastro de insignificante deles
625 é 0,4 litros por segundo. No SIAM tem informações de que é 03 horas/dia, isso daria uma
626 quantidade bem inferior ao necessário se quer da umectação das vias. PATRÍCIA (SUPRAM
627 JEQ.): Essa é uma informação que o empreendedor nos repassa, geralmente a SUPRAM
628 quando analisa a outorga, quando o empreendedor está pedindo abaixo daquele volume que
629 você faz o cálculo, a gente não questiona. Agora, quando ele pede acima, nós já
630 automaticamente reduzimos essa vazão porque não é o tempo que ele precisaria, está acima
631 do necessário. Nesse caso do caminhão pipa ele tem apenas esse ponto, ele vai ter que fazer
632 com esse volume, no momento se ele precisar ele vai ter que fazer ou uma outorga no ponto
633 ou então pedir outro insignificante, o que eu acho que não seria interessante. Mas o
634 empreendedor nos informa que com essa vazão, porque eles usam a água também para as
635 atividades de operação do empreendimento, isso foi questionado, continuo o mesmo volume,
636 tudo bem. FELIPE (MINISTÉRIO PÚBLICO): A questão é, só com a umectação de vias, em
637 tese, a gente está falando em 24 m³/dia, o cadastro dele permitia em tese 4,3 m³/dia. Eu



638 entendo o que vocês colocaram, para ele está outorgado 4,3, ele se vira para poder fazer isso
639 lá, só que por outro lado a gente estaria votando aqui, a gente está falando uma licença para
640 gastar 24 m³/dia sendo que ele tem uma autorização muito menor. Então, por outro lado a
641 gente estaria aprovando no bojo disso aqui uma Condicionante ou um Programa ou uma
642 Medida que os próprios documentos ambientais não permitem que seja cumprido. Quanto a
643 isso fiquei um pouco receoso, preocupado com relação ao empreendimento. STÊNIO
644 (SUPRAM JEQ.): Não sei se é o caso do empreendimento em questão, mas inclusive no caso
645 da CBL a aspersão e umectação de vias é feita com águas oriundas das bacias de decantação.
646 Após utilizar na cadeia produtiva a água vem com sedimentos das bacias de decantação e
647 como eu já vi em alguns empreendimentos minerários, nessas bacias são captadas essa água
648 lameada, barrenta e eles fazem umectação de vias já reutilizando a água que já foi utilizada na
649 cadeia produtiva. FELIPE (MINISTÉRIO PÚBLICO): Mesmo assim a quantidade ficaria
650 muito distinta. Então a gente está falando de um déficit aí muito grande. STÊNIO (SUPRAM
651 JEQ.): Como é o quantitativo solicitado pelo empreendimento espera-se que ele consiga.
652 PATRÍCIA (SUPRAM JEQ.): Estamos falando da capacidade do caminhão pipa, o trecho que
653 ele vai usar a aspersão não é tão grande assim, não quer dizer que ele vá precisar de um
654 volume muito grande. A capacidade do caminhão é de 8.000 litros. GISLANDO VINÍCIUS
655 (PRESIDENTE): O empreendedor, por favor, se manifeste. REGIANE (MINERAÇÃO
656 GRANDUVALE): O empreendimento tem lá o caminhão pipa, inclusive o caminhão pipa não
657 é só para uso exclusivo daquele empreendimento e a captação de água é armazenada no
658 caminhão pipa e aquilo que fica no caminhão pipa não é totalmente gastado em toda
659 umectação em dia, nem tudo que é captado é gastado não. FELIPE (MINISTÉRIO
660 PÚBLICO): Entendi. Enche o caminhão pipa, mas nem tudo que está ali dentro é utilizado.
661 REGIANE (MINERAÇÃO GRANDUVALE): E o empreendimento inclusive tem outra
662 captação. FELIPE (MINISTÉRIO PÚBLICO): Tem outra outorga? REGIANE
663 (MINERAÇÃO GRANDUVALE): Tem outra outorga para barramento. FELIPE
664 (MINISTÉRIO PÚBLICO): Não, para captação especificamente. REGIANE (MINERAÇÃO
665 GRANDUVALE): Tem uma outorga para captação. FELIPE (MINISTÉRIO PÚBLICO):
666 Então para captação é só uma? REGIANE (MINERAÇÃO GRANDUVALE): Isso. FELIPE
667 (MINISTÉRIO PÚBLICO): Ok. Barramento permite a construção do barramento no curso
668 d'água. REGIANE (MINERAÇÃO GRANDUVALE): Exatamente. FELIPE (MINISTÉRIO
669 PÚBLICO): A preocupação nossa aqui é a utilização de água captada. REGIANE
670 (MINERAÇÃO GRANDUVALE): Isso. FELIPE (MINISTÉRIO PÚBLICO): Com essa
671 outorga enche um, dois caminhões dia? REGIANE (MINERAÇÃO GRANDUVALE): Não
672 significa que todo caminhão pipa gaste todo o uso do caminhão pipa, ele não enche todo o
673 caminhão com a água que ele capta lá onde tem outorga. FELIPE (MINISTÉRIO PÚBLICO):
674 Entendi. Vocês tem uma estimativa de qual vai ser o gasto com a umectação das vias?
675 REGIANE (MINERAÇÃO GRANDUVALE): Não temos. FELIPE (MINISTÉRIO
676 PÚBLICO): Ok. REGIANE (MINERAÇÃO GRANDUVALE): Mais alguma pergunta?
677 FELIPE (MINISTÉRIO PÚBLICO): Entendi a colocação da senhora, mas continuo com a
678 mesma insegurança quanto a essa questão dos Recursos Hídricos. Obrigado. STÊNIO
679 (SUPRAM JEQ.): Gostaria de fazer só mais um comentário, a respeito da Agenda Verde. Em
680 alguns tópicos foram citadas espécies ameaçadas de extinção, constante na lista número 06,
681 essa Norma encontra-se revogada pela Portaria do MMA 443 de 17 de dezembro de 2014, e
682 essas espécies constantes no Inventário deles não são mais consideradas ameaçadas de
683 extinção. Obrigado. FELIPE (MINISTÉRIO PÚBLICO): Só uma pergunta simples, Wesley.
684 Porque no PU eu percebi que a Certidão Negativa de Débito é de 2011, você sabe se tem
685 alguma mais atual? WESLEY (SUPRAM JEQ.): Como que o sistema do SIAM funciona?
686 Quando da formalização do processo é emitida a Certidão, então ela sai com aquele número e



com aquele ano em que ela é emitida. No final do processo a gente faz um outro, mas ela mantém o mesmo número, mas quando você vai lá na data, a data é a última. Depois posso tirar uma de 2015, 2014, por exemplo, o número da Certidão ele não altera, isso é o sistema. **Áudio não identificado – fora do microfone.** WESLEY (SUPRAM JEQ.): Sempre vai ocorrer isso com as Certidões. Aquela primeira que é emitida ela fica o número, o que muda é só a data, se eu pedir de novo no final do processo, me emite em relação aos FOB's que foram emitidos aquela Certidão, aí vai sair com o mesmo número. FELIPE (MINISTÉRIO PÚBLICO): Em 2013 a gente pediu à SUPRAM Jequitinhonha, na pessoa da Eliana, a cópia de todas as AF's de Rochas Ornamentais aqui da região. Agora, falando aos Conselheiros, eu entendo o posicionamento da SEMAD porque a DN 74 permite a expedição de AF para Rochas Ornamentais, mas por outro lado a Legislação Federal não; se a gente for pegar ali as Resoluções do CONAMA 01/86, 09/90 são bem contundentes ao exigir Licença de Rocha Ornamental com EIA/RIMA previamente ao empreendimento. Nesse caso aqui, essa licença não é para o empreendimento funcionar é para ele se instalar. Atualmente ele funciona com base nessa AF. O caminho adequado, na minha opinião, seria uma Licença de Operação Corretiva com exigência de EIA/RIMA para esse empreendimento, como para todos os demais de Rochas Ornamentais. Na visão do Ministério Público, esses empreendimentos operam, muitas vezes causam impacto ambiental sem observar a Legislação Federal que exige Licença Prévia para tanto. Registrando esse posicionamento do Ministério Público, que a gente realmente não vê como possível a quantidade da operação do empreendimento com base em AF, uma vez que essa Licença não é para o empreendimento operar, mais uma vez, essa é uma Licença Prévia de Instalação, ou seja, ninguém aqui está licenciando que o empreendimento vai funcionar. **Áudio não identificado – fora do microfone.** FELIPE (MINISTÉRIO PÚBLICO): É, sim, mas não a operação. Na minha opinião, seria uma Licença de Operação Corretiva. Nesse caso uma ampliação acaba que o EIA vai abarcar todo o empreendimento. **Áudio não identificado – fora do microfone.** FELIPE (MINISTÉRIO PÚBLICO): Perfeitamente. O EIA vai analisar o empreendimento como um todo, inclusive a área da ADA de 1.200, desde a primeira intervenção que continua fazendo parte do empreendimento. Nesse caso especificamente existe uma ampliação, então existe a possibilidade de instruir LP com LI, mas registrar esse entendimento da necessidade de uma Licença de Operação Corretiva para os casos de mineração de Rochas Ornamentais, que operam com AF. WESLEY (SUPRAM JEQ.): A SEMAD entende que a AF é ainda um instrumento válido até que haja a decisão judicial nas ações civis públicas que estão sendo promovidas, propostas pelo Ministério Público. Há o pedido incidental da declaração de Inconstitucionalidade da AF para atividade de mineração de Rochas Ornamentais em geral, granito, mármore, quartzitos, algumas luminárias, o Ministério Público tem conseguido algumas liminares, mas não necessariamente declarando a ilegalidade da AF em si, pede a suspensão das atividades para apresentação do EIA/RIMA. FELIPE (MINISTÉRIO PÚBLICO): Nas liminares suspende-se todas as AF's. WESLEY (SUPRAM JEQ.): Todas as AF's, mas não declara a ilegalidade dela, não entra no mérito, mas não declara de forma explícita a ilegalidade do documento, do ato autorizativo. Então, o Estado considera ainda como documento jurídico válido a AF para ele operar com 6.000. E a gente tentando também contemplar essa posição do Ministério Público, a SUPRAM Jequitinhonha tem feito junto aos empreendedores essa solicitação, engloba todo, nesse caso específico da ampliação, toda capacidade de produção, tudo o que você já está operando, o EIA/RIMA vai contemplar tudo. Vai continuar fazendo o Licenciamento dessa ampliação, mas contemplando o que ele já está operando com o documento autorizativo válido perante o Estado, que é a Autorização de Funcionamento até 6.000 m³. Então, o EIA/RIMA dele a gente tem tentando atender essa demanda do Ministério Público e atender também essa legalidade até o momento da



Autorização de Funcionamento. Esse caso específico aqui, ele está operando com uma AF de 6.000 e está pedindo ampliação dessa AF para 9.000, sendo aprovado essa LP; essa LP mais LI dele vai abarcar todo quantitativo da AF e a Licença de Operação também que é o segundo passo, caso seja aprovada essa Licença, vai contemplar também os 9.000, aí a gente chega nessa posição que o Ministério Público quer, empreendimentos minerários, rochas ornamentais com EIA/RIMA, compensação ambiental garantida. FELIPE (MINISTÉRIO PÚBLICO): O Ministério Público não quer, a Lei que quer. Eu não quero nada, eu só vejo o que a Lei fala ali e busco sua aplicação. **Áudio não identificado – fora do microfone.** FELIPE (MINISTÉRIO PÚBLICO): O perigo, a força tarefa está acabando com as URC's. Alguns empreendedores de Rochas Ornamentais que tem assinado o Termo de Ajustamento de Conduta conosco tem falado desse posicionamento da SEMAD para permitir o TAC Administrativo de vocês, ou seja, amplia e vocês vão para facilitar o sistema, na mesma hora de gerar o FOB para poder possibilitar o Licenciamento Ambiental. Então, isso aí é uma coisa bacana que vocês estão fazendo. **Áudio não identificado – fora do microfone.** WESLEY (SUPRAM JEQ.): Dr. Felipe, hoje um dos empreendedores até me passou um e-mail de uma decisão que saiu, Valestônio Granvale, dos agravos de instrumentos que foram manejos contra decisão liminar. Até achei interessante essa decisão, o Juiz suspendeu o efeito da liminar, porém, o que ele também já contemplando esse entendimento, ele suspendeu, continua operando, porém você tem um prazo de 06 meses para apresentar o EIA/RIMA. FELIPE (MINISTÉRIO PÚBLICO): E daria 01 ano pelo menos para o EIA. WESLEY (SUPRAM JEQ.): Mas aí que está, as empresas continuam operando nessa dinâmica, operando com o documento autorizativo e o EIA/RIMA. A gente tem tentado conciliar isso, um documento jurídico válido com a demanda. FELIPE (MINISTÉRIO PÚBLICO): O fato é que AF é um procedimento meramente cadastral, não existe a apresentação de um estudo ambiental para AF ser expedida. Essa AF que a empresa tem, várias outras, não é essa empresa especificamente. O problema é que existe a possibilidade de uma mineração sem que um estudo ambiental seja apresentado ao órgão ambiental. De 6.000 ao ano, então, quer dizer, essa que é a grande questão do Ministério Público além da Legislação exigir. Fica mais uma vez registrado esse posicionamento nosso, além dessa insegurança que eu tive com relação aos Recursos Hídricos, nesse caso concreto, os números não bateram para mim. GISLANDO VINÍCIUS (PRESIDENTE): Só com relação a LOC que o senhor falou, acho que para a gente também fica muito complicado levar isso, porque são 02 empreendimentos em fases distintas; uma já está operando e a outra seria o que está sendo julgado aqui que é um novo processo que a SEMAD avalia como um empreendimento distinto do que já vinha operando, porque tem fase de Licença Prévia com Licença de Operação, não poderia ser uma LOC porque ele não está operando 9.000. FELIPE (MINISTÉRIO PÚBLICO): Porque no nosso entendimento o que está possibilitando essa operação é um documento que não tem respaldo no ordenamento. Então, o nosso entendimento é adverso, não só no caso de ampliação, mas também nos 4.000 m³/ano, nossa concepção é LOC com EIA/RIMA. Não é a ampliação que gera a necessidade do Licenciamento, é a existência de uma mineração. GISLANDO VINÍCIUS (PRESIDENTE): Entendi o posicionamento, só não dá para conjugar os dois, o que já está operando com o que será ampliado. Seriam processos distintos. Mais algum questionamento? Mais algum Conselheiro? Registro a presença de um novo Conselheiro, que é o representante da SEDINOR, o Sr. Averaldo, que é o Diretor do IDENE, seja bem-vindo ao Conselho. Registrar também a presença do Prefeito de Araçuaí, Sr. Armando e do Presidente da Câmara, Sr. Carlindo, sejam bem-vindos à nossa reunião. **Áudio não identificado – fora do microfone.** GISLANDO VINÍCIUS (PRESIDENTE): Ok. PATRÍCIA (SUPRAM JEQ.): A espeleologia foi feita na área de influência do empreendimento, a ADA, área de influência direta e indireta. Então, como ele iria incluir uma Condicionante específica para fazer esse



levantamento. FELIPE (MINISTÉRIO PÚBLICO): Eu retiro essa sugestão de Condicionante. GISLANDO VINÍCIUS (PRESIDENTE): Então não vai ter sugestão de Condicionante? Ok. Coloco em votação então, os Conselheiros que concordam nos termos do Parecer Único da SUPRAM com a Concessão da Licença Prévia concomitante com a Licença de Instalação para o Item 6.1 Mineração Granduvale Ltda. - Lavra a céu aberto com ou sem tratamento, rochas ornamentais e de revestimento (mármore e granitos) – Município de Medina/MG - PA/Nº: 01723/2003/003/2012, permaneçam como estão, os contrários se manifestem, por favor. FELIPE (MINISTÉRIO PÚBLICO): Eu voto contra em razão principalmente dos Recursos Hídricos, acredito que os números ali não fecham quanto a necessidade outorgada, poderia prejudicar de alguma forma a operação do empreendimento. WAGNER (SEAPA): Eu também sou contra, devido à questão dos Recursos Hídricos, acho que o valor outorgado é muito baixo para o empreendimento. ANDREZA (UEMG): Também concordo com o mesmo parecer dos dois aqui. DENISE (FIEMG): Esclarecendo, o voto da FIEMG é favorável à concessão da LP mais LI ao empreendimento. Entretanto, a FIEMG quer votar contra as Condicionantes de número: 04 e 05 colocadas pelo Parecer da SUPRAM, elas são relativas à questão de compensação por intervenção em APP e a FIEMG entende que já que o Novo Código Florestal e a Nova Lei Florestal Mineira já não preveem mais a questão da compensação por intervenção em APP devidamente autorizada. No nosso entendimento quando a intervenção é ilegal as normas apenas determinam a recuperação da área, por isso nós votamos contra as Condicionantes 04 e 05 do Parecer Único. Deixar registrado em Ata. GISLANDO VINÍCIUS (PRESIDENTE): Ok. Concedida a Licença, registrando os votos contrários do Ministério Público, da Andreza e da SEAPA. Item 6.2, Dr. Felipe. FELIPE (MINISTÉRIO PÚBLICO): A primeira questão é uma Condicionante para exigência de AVCB por se tratar de madeira. **Áudio não identificado – fora do microfone.** FELIPE (MINISTÉRIO PÚBLICO): O destaque da SUPRAM é justamente para poder incluir. Ótimo. Uma questão, Wesley, eu também na vi menção no PU a respeito da Certidão Negativa de Débito, só para perguntar se tem juntada no processo ou não? Continuando, a gente analisando o “Google Earth”, programzinho do Google, a gente percebeu que tem uma imagem onde vai ser o empreendimento parece que tem um desmate de mais ou menos 25.000 metros quadrados. Eu fiquei sem entender, enfim, é uma ocupação que já existia? Uma intervenção que já existia? Ou foi ocasionada para instalação do próprio empreendimento? Em caso positivo, imagino que não tem DAIA, porque seria vinculada a essa Licença, a supressão da área, se teve algum Auto de Infração? GILMAR (SUPRAM JEQ.): Com relação à área de intervenção do empreendimento será instalado numa área de pastagem, área já antropizada. Agora, com relação a esse desmatamento nós desconhecemos essa questão. FELIPE (MINISTÉRIO PÚBLICO): Não foi verificado nada em campo não? GILMAR (SUPRAM JEQ.): Não. Na vistoria, pastagem. FELIPE (MINISTÉRIO PÚBLICO): Ok. O Conselheiro Alex não está aqui hoje, mas tem sido praxe também nesse tipo de empreendimento aquela Condicionante. **Áudio não identificado – fora do microfone.** FELIPE (MINISTÉRIO PÚBLICO): É, operação, é verdade. Até porque a SUPRAM tem tentado colocar nos Pareceres Únicos já essa Condicionante do Programa de Educação Ambiental. WESLEY (SUPRAM JEQ.): Está acostado aqui, folha 40 dos Autos, só não foi feita a menção. FELIPE (MINISTÉRIO PÚBLICO): Obrigado. Para registrar como entendimento pessoal meu, é claro que são importantes essas empresas de tratamento de madeira, porque elas substituem exatamente a extração de vegetação nativa, o meu receio pessoal mesmo é principalmente com a questão do CCA; pela utilização de arsênio, que é um produto extremamente tóxico, que a Legislação Brasileira permite a utilização, outros países não permitem, extremamente tóxico. Temos relatos, inclusive o Diretor da SUPRAM Norte de Minas que compartilhou o relato do falecimento de 02 garotos, pegaram um pedaço de



eucalipto que teve aplicação do CCA anos atrás, só que ele fica impregnado no material, fizeram um churrasco com aquilo dali e eventualmente causou falecimento. Mais uma vez, até porque tem Conselheiros novos, entendo a importância de empreendimentos dessa natureza, minha resistência pessoal principalmente é com a utilização do arsênio, que exige um cuidado especial, muito embora hoje tecnicamente desconheço se tem outra disponibilidade técnica no ramo, enfim, fica realmente essa questão do Parecer Único. GISLANDO VINÍCIUS (PRESIDENTE): Tem o destaque da SUPRAM para incluir uma Condicionante? **Áudio não identificado – fora do microfone.** GISLANDO VINÍCIUS (PRESIDENTE): Então, vamos deliberar. Vocês tem alguma consideração em relação ao Parecer Único? Se for só a Condicionante a gente vai deliberar depois de apreciada a concessão da Licença. É só Condicionante? **Áudio não identificado – fora do microfone.** GISLANDO VINÍCIUS (PRESIDENTE): É. Mais algum Conselheiro tem algum questionamento? Não havendo mais questionamentos coloco em votação o item 6.2, os Conselheiros que concordam com a concessão da Licença Prévia concomitante com a Licença de Instalação, nos termos do Parecer Único da SUPRAM, no item 6.2 Ideal Transporte, Comércio e Serviços Ltda ME - Tratamento químico para preservação de madeira – Município de Itamarandiba/MG - PA/Nº 27477/2013/001/2013, permaneçam como estão, os contrários se manifestem, por favor. FELIPE (MINISTÉRIO PÚBLICO): Abstenção, em razão da utilização de CCA, que abarca o componente arsênio. GISLANDO VINÍCIUS (PRESIDENTE): Ok, concedida a Licença. Registrado a abstenção do Ministério Público. A SUPRAM tem uma sugestão de inclusão de Condicionante. CRISTIANE (SUPRAM JEQ.): Quando da formatação do processo a Condicionante ficou de fora e a gente realmente teria que incluí-la que é sobre o AVCB. Então, seria: *“Apresentar o Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros – AVCB, aprovando a instalação do projeto de prevenção e combate ao incêndio. Prazo seria na formalização da LO”*. GISLANDO VINÍCIUS (PRESIDENTE): Os Conselheiros entenderam a questão? Algum questionamento? Não havendo questionamento, coloco em votação. Os Conselheiros que concordam com a inclusão da Condicionante proposta pela equipe da SUPRAM, permaneçam como estão, os contrários se manifestem, por favor. Incluída a Condicionante. Registrando voto contrário da FIEMG. Item 7.1 tem destaque do Ministério Público e da FIEMG. DENISE (FIEMG): Nesse caso aqui da Frigorocha, a questão do AVCB, de se exigir um AVCB para um Frigorífico. Como já disse anteriormente, o Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros não é obrigatório de ser vinculado ao Licenciamento Ambiental, apenas em casos de Postos de Gasolina. Mesmo um Frigorífico sendo obrigado pela Legislação, entretanto, ele não é obrigado a vincular isso ao Licenciamento. No nosso entendimento essa Condicionante deveria ser retirada. FELIPE (MINISTÉRIO PÚBLICO): Por outro lado vou me colocar favorável à exigência da Condicionante por parte da SUPRAM. O AVCB, a análise do Corpo de Bombeiros obviamente não é só, Posto de Gasolina é muito evidente o risco de incêndio, potencialidade dado a presença de combustível, mas também caso princípio de incêndio, tem saída suficiente, em caso de pânico as portas são projetadas para que aja saída emergencial das pessoas. Juridicamente, nas premissas eu e a Dra Denise concordamos; não na conclusão; de fato a Legislação não “linca” a exigência de AVCB ao Licenciamento Ambiental, mas a Legislação exige sim o AVCB para todo e qualquer empreendimento. Voltando aqui à questão técnica, minha pergunta refere basicamente aos resíduos de origem orgânica, parece que vai ser feito a compostagem no local, eu estava dando uma lida no PU, aliás, é raro a gente ver um empreendimento com essa estrutura aqui na região, acho que isso é um avanço, espero que outros matadouros com essa estrutura apareçam aí na nossa regional, infelizmente o abate ainda é feito de forma arcaica, com sangria indo para os cursos d’água e por aí vai. Queria apenas entender um ponto aqui que eu não consegui perceber no PU, os resíduos de origem orgânica serão destinados a compostagem. Existe um limite que o dimensionamento



883 projetado permite, é um limite que atende com tranquilidade ou não? Para onde vai ser
884 direcionado esse resíduo orgânico? Inclusive tem sangue e tudo mais. FERNANDO
885 (SUPRAM JEQ.): Cumprimenta a todos. A Cris fez vistoria na área, já estava em implantação
886 o empreendimento e o sangue será coletado separadamente desses resíduos orgânicos porque
887 ele tem valor comercial, ele vai passar por uma fervura e será doado ou vendido, ele deixa
888 claro isso. FELIPE (MINISTÉRIO PÚBLICO): Isso me passou batido. FERNANDO
889 (SUPRAM JEQ.): Só será feito compostagem desses resíduos que não tem valor comercial,
890 são aparas, restos do abatimento que serão levados para compostagem. Ele não previu a
891 quantidade gerada desses resíduos nos estudos apresentados, mas a gente vai pedir na LO, o
892 monitoramento da compostagem, desses resíduos sendo compostados, permanecendo no
893 empreendimento. FELIPE (MINISTÉRIO PÚBLICO): O que vai ser utilizado lá? Vai ser
894 palha? FERNANDO (SUPRAM JEQ.): Vai ser palha. FELIPE (MINISTÉRIO PÚBLICO):
895 Vai ser palha. O empreendedor já sabe qual vai ser a destinação para a ossada? Porque a gente
896 sempre verifica ossadas misturadas nos lixões, pergunto só por curiosidade, enfim, vai ser
897 significativo. CRISTIANE (SUPRAM JEQ.): Nós não deixamos algumas questões muito
898 claras em relação aos resíduos do empreendimento porque na verdade existem os subprodutos
899 que podem ser reutilizados com as vendas e doações. O empreendedor vai ter uma clareza
900 sobre isso assim que ele começar a operar o empreendimento, a questão da contratação de
901 empresas para recolher esses resíduos. FELIPE (MINISTÉRIO PÚBLICO): Eu estou
902 perguntando o que vocês pensam uma vez que não existe ossada lá ainda, restos, e nem essa é
903 uma Licença de Operação. Se vocês já tem a ideia do que no futuro vocês vão fazer?
904 ANTÔNIO ROCHA (FRIGORROCHA): A questão dos ossos, a gente já tem parceria pré
905 afirmada com a empresa que chama Patense, onde é feita toda coleta, esses resíduos animais
906 que simplesmente vão para compostagem somente o esterco do bucho dos animais,
907 provavelmente o restante tudo é vendido. A gente fala vendido ou doado porque nosso
908 empreendimento é pequeno, às vezes vai ter uma demanda de coleta, então, a gente vai ter que
909 fazer uma doação para que eles apanhem isso a contendo. Obrigado. GISLANDO VINÍCIUS
910 (PRESIDENTE): Ok? Mais algum Conselheiro? CARLA (CODEMA): Eu sou contra a
911 Condicionante da AVCB, porque não é nossa competência. Só alertar ao Conselho que
912 embora nós estamos aqui pelo Meio Ambiente, não esquecer desenvolvimento sustentável,
913 porque nós temos uma cultura legislativa e política de que não controla proíba, só que proíbe
914 cai para clandestinidade e a clandestinidade não é boa para o Meio Ambiente. Então,
915 Frigorífico aqui está precisando de muitos. Que esse seja a porta de entrada para muitos.
916 Então, eu sou contra a Condicionante da AVCB. FELIPE (MINISTÉRIO PÚBLICO): Eu
917 concordo com a Conselheira, até parabenizei, acho que nós temos que ter muitos
918 empreendimentos dessa natureza mesmo, acabar com abatedouros clandestinos. Mas a
919 Condicionante da AVCB não restringe a possibilidade de existência do empreendimento. Na
920 verdade é uma exigência normativa que eles vão ter que atender de qualquer forma.
921 GISLANDO VINÍCIUS (PRESIDENTE): Ok? Então tem a solicitação da FIEMG de
922 exclusão dessa Condicionante. Primeiro a gente vai votar a Licença e depois discute a
923 permanência ou não da Condicionante. Mais algum Conselheiro com relação ao
924 empreendimento? Não havendo, eu coloco em votação então. Os Conselheiros que concordam
925 com a concessão da Licença de Instalação Corretiva nos termos do Parecer Único da
926 SUPRAM, no item 7.1 Frigorocha Ltda ME - Abate de animais de médio e grande porte
927 (suínos, ovinos, caprinos, bovinos, equinos, bubalinos, muares, etc.) – Município de
928 Capelinha/MG - PA/Nº: 12124/2012/001/2013, permaneçam como estão, os contrários se
929 manifestem, por favor. Ok, concedida a Licença. Qual é a Condicionante? Eu vou questionar
930 então. Os Conselheiros que concordam com a Exclusão da Condicionante, permaneçam como
931 estão, os contrários se manifestem, por favor. FELIPE (MINISTÉRIO PÚBLICO): Manifesto



pela manutenção da Condicionante sugerida pela SUPRAM. SARGENTO MIRANDA (POLÍCIA MILITAR): A favor da Condicionante por questão de segurança também. JOSÉ ANTÔNIO (FETAEMG): A favor da manutenção da Condicionante. ANDREZA (UEMG): A favor da Condicionante. WAGNER (SEAPA): A favor da Condicionante. GENILSON (DER-MG): A favor da Condicionante também. CORYNTHO (FEDERAMINAS): A favor da manutenção da Condicionante. JANE (ABES): A favor da manutenção. IVANA (CREA-MG): A favor da manutenção da Condicionante. GISLANDO VINÍCIUS (PRESIDENTE): Então, de acordo com a declaração dos senhores, fica mantida a Condicionante no Parecer Único, ok? Obrigado. Continuando nossa pauta, item 8.1 JWD, Dr. Felipe. FELIPE (MINISTÉRIO PÚBLICO): O que me chamou a atenção aqui quanto a esse empreendimento é na folha 18 e 19 do PU, em que faz menção ao Auto de Infração. Teve o Auto de Infração, uma vez que foi verificado informação falsa no formulário de caracterização do empreendimento. Queria entender um pouco mais o que foi que ocorreu, foi ampliado? Queria entender primeiro se foi uma informação falsa ou equivocada? O que foi percebido pela SUPRAM? Porque isso para a gente, obviamente chama atenção e até agradece a SUPRAM de ter registrado isso no PU. WESLEY (SUPRAM JEQ.): Primeiro ponto, essa questão de informação falsa é um dilema que nós temos lá, não só na SUPRAM, mas também na Fiscalização. Acho que a Polícia Ambiental também enfrenta o que seria de fato, o que ensejou na intenção de fato burlar o sistema ambiental, depende muito da equipe e do servidor que foi e lavrou. Ele tinha uma AF para “X” quantidade que era passível de Autorização Ambiental de Funcionamento, quando chegou a Fiscalização dessa Autorização Ambiental ele tinha ampliado, já estava operando com a capacidade que enquadraria ele no Licenciamento Ambiental, por isso que foi, isso ele declarou lá operava com 90 m³ e a Fiscalização vai lá e ele está operando com 150, prestou informação. FELIPE (MINISTÉRIO PÚBLICO): Desde o início da operação já operou “forma ampliada” ou não? No início ele operou dentro da AF e posteriormente ele ampliou? WESLEY (SUPRAM JEQ.): Não tem como a gente afirmar isso, pelo fato de que a AF declaratório ele declarou 90, aí você vai lá 01 ano, 02 anos depois, você verificou que tem uma capacidade de armazenagem superior, que ele está operando com 150. Aí você fica na dúvida, será que ele já estava operando quando da AF com os 150 ou com os 90, mas segundo informação, acho que houve até apresentação de uma Nota Fiscal de aquisição de tanque. FELIPE (MINISTÉRIO PÚBLICO): Porque eu vejo diferença grande nas duas situações. Uma situação o seguinte, eu faço um formulário de que o empreendimento, falo que eu vou operar com uma quantidade pequena e tem AF que é mais simples de obter, só que de cara eu já opero mais. Então, na minha opinião, fica muito clara a intenção de fraudar o sistema, de sair da exigência do Licenciamento. É diferente, eu começo operando certinho, me deram capacidade 90, eu começo operando com 80, três anos depois eu aumento a minha capacidade. Tentou sair de uma exigência do Licenciamento Ambiental dando informação inverídica. Às vezes, teve uma Fiscalização anterior em que eles estavam operando dentro da quantidade da AF, se tem algum elemento que dá para levantar isso. LISSANDRA (SUPRAM JEQ.): Eles falaram que a capacidade era 45 m³ e após a Fiscalização eles adquiriram 02 tanques de 30 cada, aumentando 90 m³. Essa era a informação falsa. Era 45 m³. GISLANDO VINÍCIUS (PRESIDENTE): Numa visão técnica do que a gente atua na SUPRAM, geralmente é isso aí mesmo, no caso de AF quem declara é do próprio empreendedor. Então, se foi verificado numa Fiscalização que ele está operando numa capacidade acima da AF dele, mesmo que não seja que vá a Licenciamento, mas que ele declarou “X” e ele está operando numa capacidade “Y”, subentende-se que desde a época da AF ele estava operando com aquela capacidade. Daí a Autuação, que é o Código que a gente tem também, do Decreto: 44844, de atuar essa informação falsa para o Estado, tendo em vista o preenchimento do FCE. FELIPE (MINISTÉRIO PÚBLICO): Concordo plenamente, porque



às vezes em campo é possível o agente perceber, visualmente percebe-se que houve uma ampliação, uma construção nova. Às vezes teve uma Fiscalização anterior em que já se constatou a capacidade já autorizada. SAMANTA (JWD COMERCIAL): A gente já mandou as informações. A gente operava com 90 m³ e a gente era licenciado na ANP com 90 m³, inclusive nós mostramos, comprovamos isso e a gente contratou uma empresa simplesmente para renovar nossa Autorização e na renovação houve um equívoco e ela colocou 45, passando despercebido pela gente e aqui pela SUPRAM também e a gente estava com essa Autorização no Posto de 45. Nós somos leigos nos assunto, quando a gente recebe a Autorização a gente simplesmente pega e coloca afixado no local, quando foi no momento da vistoria, que na época a Carol percebeu o erro. Até então, a gente estava pedindo a nossa Licença de 90 para 150, inclusive na ANP a gente sempre esteve com 90. Foi um erro da empresa que nós contratamos e que passou despercebido pela gente e que assim, passou e ficou, mas a gente, desde o momento que entramos com o licenciamento a gente já informou os nossos 90 e em momento algum a gente compactou com esses 45. FELIPE (MINISTÉRIO PÚBLICO): Esclarecido. Parece que vocês já tinham um documento anterior com a capacidade real, aí depois uma renovação. SAMANTA (JWD COMERCIAL): Inclusive na ANP a gente comprou na época que na ANP a gente já estava com a capacidade de 90. **Áudio não identificado – fora do microfone.** GISLANDO VINÍCIUS (PRESIDENTE): Mais algum Conselheiro? Não havendo mais questionamento coloco em votação. Os Conselheiros que concordam com a concessão da Licença de Operação Corretiva para o Item 8.1 JWD Comercial Ltda. - Postos revendedores, postos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas e postos flutuantes de combustíveis – Município de Capelinha/MG - PA/Nº: 02392/2001/004/2013, permaneçam como estão, os contrários se manifestem, por favor. Ok. Concedida a Licença. **11. Encerramento:** Encerrada a reunião. Só um minuto, a Eliana vai passar um recado. Agradeço a presença de todos e um bom trabalho para a gente aqui no Ano de 2015. ELIANA (SUPRAM JEQ.): Conselheiros, só para avisar que a gente vai ter uma alteração na data do nosso cronograma, porque Maio, estava previsto para o dia 14. A gente tem uns 03 empreendimentos que já não entraram nessa Pauta, estão com o Parecer praticamente pronto aguardando só o julgamento da compensação ambiental, que é em outra Câmara do COPAM, que é na CPB, aí não pautamos nessa reunião, por conta que a reunião da CPB vai ser no dia 08. Então, se a gente fizer a reunião no dia 14 esses empreendimentos vão ficar fora da pauta novamente. Então, a gente está adiando a reunião para o dia 21. É a minha proposta, ainda não submeti ao Subsecretário, mas a gente vai adiar para o dia 21, porque caso esses empreendimentos a compensação seja julgada satisfatória no dia 08 a gente tem o tempo hábil de incluí-los na pauta. Próxima reunião prevista para o dia 21 de Maio. GISLANDO VINÍCIUS (PRESIDENTE): Obrigado a todos e até a nossa próxima reunião. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião e eu, Elisângela Cláudia Lima Garcia, lavrei a presente Ata que segue por ele assinada. Diamantina, 23 de abril de 2015.

GISLANDO VINÍCIUS ROCHA DE SOUZA – (presidente suplente)